



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo nº: **0011742-51.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Crimes contra as Relações de Consumo**
 Documento de Origem: **TC - 128/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Autor do Fato: **ALINE MARIA MONARETTI**
 Vítima: **ITAMARA APARECIDA OSIO**

Aos 25 de novembro de 2015, às 14:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autor do fato ALINE MARIA MONARETTI. Presente a Drª **Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira – Promotora de Justiça**. Apregoado o processo verificou-se o comparecimento da autora dos fatos, acompanhada de defensor, o Drº Ângelo Roberto Zambon – OAB/SP 92.797. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada pelo **Dr(a). Promotor(a) de Justiça**, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena nos seguintes termos: “MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(s) suposto(s) autor(es) do fato a pena de prestação pecuniária no valor de um salário mínimo. **Pelo autor da infração e defensor foi dito** que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. **Pelo MM. Juiz foi dito:** “Vistos. O Ministério Público propôs a aplicação imediata da prestação pecuniária no valor de um salário mínimo. Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico ao autor do fato a pena prestação pecuniária no valor de R\$788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), **mediante depósito em conta da vítima, Banco Caixa Econômica Federal, Agência nº 3047, Operação 001, Conta Corrente 21043-1, em favor da vítima ITAMARA APARECIDA OSIO**. A prestação deverá ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, comprovando-se o depósito nos autos para fins de extinção da punibilidade”. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Camila Laureano Sgobbi, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor(a):



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Advogado autor:

Autor:

Vítima:

Advogado vítima: